

>>> Continuação



PROCERGS

**CENTRO DE TECNOLOGIA DA
INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO DO
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL S.A.**

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EXERCÍCIO 2025

CNPJ 87.124.582/0001-04 - NIRE 43300020100



GOVERNO DO ESTADO
RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO,
GOVERNANÇA E GESTÃO

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 *(Valores expressos em R\$ 1.000)*

a Procergs interpôs Recurso de Revista junto ao Tribunal Superior do Trabalho tendo a Procuradoria-Geral assumido a defesa do processo, cujo recurso foi acolhido pelo TST, em 20/02/2024, para restabelecer a sentença de improcedência. Diante dessa decisão, o SINDPPD/RS opôs embargos de declaração que foram rejeitados pelo TST. Em 16/10/2024, o sindicato interpôs recurso de embargos à SDI-1, que está pendente de julgamento. A partir de Julho/2023 ocorreu o ingresso de ações individuais de cumprimento de sentença, sendo possível que gerem necessidade de desembolso para fins de garantia. Essas ações estão conectadas ao processo principal sendo defendidas também pela Procuradoria-Geral, mantendo até esta data a mesma classificação de risco, conforme apresentada em parecer pela PGE-Procuradoria Geral do Estado e estando a Assessoria de Gestão Trabalhista de acordo.

6. Patrimônio Líquido

(a) Capital Social

O valor do capital social subscrito é de R\$ 291.089 e está totalmente integralizado. Em Julho houve aporte de Capital no valor de R\$ 87,8 milhões pelo acionista majoritário, Estado do Rio Grande do Sul. O total de Ações é de 1.169.992.160 ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal, com a seguinte composição:

As ações que eram da CORSAN , foram adquiridas pela Procergs em 03/09/2025, conforme contrato de compra e venda, pelo valor de R\$ 86 mil. As ações foram classificadas como ações em tesouraria, até a deliberação e decisão dos demais acionistas, conforme PROA 250489001325-8.

Acionistas	Tipo	Quantidade	%
Estado do Rio Grande do Sul	ON	1.167.821.223	99,81
OI S.A.	ON	1.366.594	0,12
IPE PREV – Instituto de Previdência do Estado do Rio Grande do Sul	ON	372.786	0,03
Ações em Tesouraria	ON	431.557	0,04
Total das Ações		1.169.992.160	100,00

(b) Prejuízo Acumulado

O prejuízo acumulado apresentado, no Patrimônio Líquido tem a seguinte composição:

Prejuízo Acumulado	31/12/2025	31/12/2024
Saldo Inicial de Prejuízo Acumulado	(58.184)	(41.591)
Resultado Líquido no Exercício	(10.757)	(16.593)
Saldo Final de Prejuízo Acumulado	(68.941)	(58.184)

7. Resultado Do Período

(a) Receita Operacional Bruta

A Receita Operacional Bruta foi de R\$ 603.750 apresentando um acréscimo nominal de R\$88.129 (17,09%) em relação ao exercício de 2024. O acréscimo apontado refere-se, principalmente pelo faturamento de maio de 2024 que foi abaixo do projetado para o mês, devido à enchente, que ficou R\$37.000 abaixo do mesmo mês deste ano. Desconsiderando o mês de maio, o crescimento da receita foi de 10,18% na média mensal. Os valores faturados para as entidades da administração direta e indireta do RS, que fazem parte das partes relacionadas, estão abaixo, sendo que todo o faturamento baseia-se em contratos firmados com estas entidades.

Receita Operacional Bruta	31/12/2025	31/12/2024
Administração Direta RS	349.256	292.907
Administração Indireta RS	222.569	168.048
Outros Poderes	10.310	9.956
Outros Mercados	21.615	44.710
Total da Receita Operacional Bruta	603.750	515.621

(a.1) Deduções da Receita Bruta

As Deduções da Receita Bruta, são os tributos calculados sobre a receita bruta da Companhia. No ano de 2025, o valor foi de R\$ 82.590 que representam 13,7% sobre a receita do período e em 2024 a alíquota foi de 14,8%. A diminuição da alíquota se deve, principalmente, à desoneração da folha de pagamento, que diminuiu a alíquota de INSS de 4,5% para 3,6% sobre a receita bruta, conforme a legislação.

Deduções da Receita Bruta	31/12/2025	31/12/2024
PASEP E COFINS	40.663	36.042
INSS s/ROB (LEI 12.546)	21.733	23.187
ISSQN	17.470	14.297
ICMS	2.376	2.151
FUST E FUNTTEL - ANATEL	348	528
Total das Deduções s/Receita Bruta	82.590	76.205

(b) Custos dos Serviços Prestados

Os custos dos serviços prestados apresentou um crescimento de 17,21% em relação ao exercício anterior, devido principalmente, ao aumento em pessoal próprio, com o ingresso de 124 novos funcionários no segundo semestre de 2024, reajuste em julho de 2025 de 5,18% sobre a folha de pagamento, conforme acordado no dissídio de 2025, aumento de 5% sobre a Contribuição Previdenciária Patronal, devido à reoneração parcial da folha de pagamento e o crescimento dos serviços da fábrica de software para atender as demandas de clientes.

Custos dos Serviços Prestados	31/12/2025	31/12/2024
Pessoal Próprio e Terceiros Ligados à Operação	338.467	288.771
Custos de Insumos ligados a Operação	73.710	69.697
Depreciação e Amortização	27.434	27.513
Outros Custos	770	738
(-) Custos Serviços Internos Transferidos para Despesas Administrativas	(35.985)	(29.987)
Total dos Custos de Serviços Prestados	404.396	356.732

(c) Despesas Com Vendas

Despesas com Vendas	31/12/2025	31/12/2024
Pessoal da Área Comercial	9.983	9.910
Despesas da Área Comercial	71	4
Depreciação e Amortização	12	6
PCLD (Valor acrescido ao Ativo Circulante NE. 4.c)	-	897
Total das Despesas com Vendas	10.066	10.817

(d) Despesas Administrativas

O principal aumento nas despesas administrativas, referem-se ao aumento na despesa com pessoal, onde estão os reajustes com o dissídio de 2024, refletido em 2025, somado ao reajuste de 5,18% pelo dissídio de 2025, pago em setembro, com retroativos a julho deste ano. Também, dentro deste valor estão R\$ 16,3 milhões que são as despesas com PDV-Programa de Desligamento Voluntário, ocorrido entre julho e novembro, com o desligamento de 46 funcionários. Do valor de R\$9.351 lançado em Recuperação de Despesas, em 2025, R\$7.253 refere-se ao processo nº 50366102920148210001 Prefeitura Municipal de Porto Alegre, referente a recuperação de ISSQN recolhido no exercício 2006.

Despesas Administrativas	31/12/2025	31/12/2024
Pessoal Administrativo	76.798	54.258
Despesas Administrativas	14.531	12.714
Depreciação e Amortização	734	642
Provisão para Contingências	19.864	18.318
Recuperação Despesas	(9.351)	(10.088)
Custos Serviços Internos Transferidos para Desp. Administrativas	35.985	29.987
Total das Despesas Administrativas	138.561	105.831

Diretoria							Contadora
LUIZ FERNANDO SALVADORI ZACHIA	KAREN MARIA GROSS LOPES	ROMERO LEITE PIMENTEL	MARCO ANTONIO DO AMARAL SEADI	SANDRO LEITE FURTADO	DIOGO PRESTES IORI	ANDRÉA GONÇALVES ALVES	
DIRETOR-PRESIDENTE	Diretora de Negócios e de Relacionamento com Clientes	Diretor Administrativo-Financeiro	Diretor de Soluções Digitais	Diretor de Sistemas Transacionais	Diretor de Infraestrutura e Operações	CPF 658.564.810-20	
CPF 220.946.440-49	CPF 533.611.990-34	CPF 723.179.061-53	CPF 729.617.160-04	CPF 035.481.111-81	CPF 015.940.980-26	CRC-RS nº 076011/O-6	
Conselho de Administração							
RICARDO NEVES PEREIRA	DANIEL HIRAM FERREIRA RAMOS SANTORO	AUGUSTO PANNEBECKER FERNANDES	VICTOR HERZER DA SILVA	JORGE FERNANDO KRUG SANTOS	SONIA MARIA NOGUEIRA SACONI		
Presidente	Conselheiro	Conselheiro	Conselheiro	Conselheiro	Conselheira		

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

AOS
DD. ADMINISTRADORES E ACIONISTAS DA
PROCERGS – CENTRO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DO RIO GRANDE DO SUL S.A
PORTO ALEGRE – RS

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da PROCERGS – CENTRO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL S.A., que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da PROCERGS – CENTRO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Conforme mencionado na nota explicativa nº 7.f – Tributos sobre o Lucro - Em 16/10/2024, a Companhia, por meio da Procuradoria-Geral do Estado, obteve junto ao Supremo Tribunal Federal, na Ação Cível Originária nº 3.695, a concessão de medida liminar na qual se determinou que a União se abstenha ao recolhimento de impostos incidentes sobre o patrimônio, renda e serviços da PROCERGS até o encerramento do presente feito. A decisão foi referendada pelo Plenário do STF em 11/11/2024. Dessa forma, a obrigação de recolhimento do IRPJ foi suspensa durante o exercício de 2025. Outros tributos como Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, PASEP e COFINS, permaneceram devidos, uma vez que a imunidade alcança apenas impostos, não se estendendo às contribuições. No cálculo do Lucro Real, o resultado apurado também foi negativo, não havendo assim, base de cálculo positiva para pagamento da Contribuição Social, nem provisão para o próximo ano, pois as exclusões de lucros diferidos, foram todos adicionados ao resultado fiscal do ano, que resultou uma base negativa de R\$ 10.883. Nossa conclusão não apresenta modificação em relação a este assunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração, e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar

(e) Resultado Financeiro

Resultado Financeiro	31/12/2025	31/12/2024
Rendimentos s/Aplicações Financeiras - SIAC	17.583	9.880
Correção Monetária	2.647	1.712
Atualizações de Pagamentos de Clientes com atraso	90	36
Total Receitas Financeiras	20.320	11.628
Juros Pagos ou Ocorridos	(96)	(90)
Descontos Concedidos	-	(2)
Comissões e Despesas Bancárias	(301)	(296)
Total Despesas Financeiras	(397)	(388)
Resultado Financeiro Líquido	19.923	11.240

(f) Tributos Sobre o Lucro

Em 16/10/2024, a Companhia, por meio da Procuradoria-Geral do Estado, obteve junto ao Supremo Tribunal Federal, na Ação Cível Originária nº 3.695, a concessão de medida liminar na qual se determinou que a União se abstenha da cobrança de impostos incidentes sobre o patrimônio, renda e serviços da PROCERGS até o encerramento do presente feito. A decisão foi referendada pelo Plenário do STF em 11/11/2024. Dessa forma, a obrigação de recolhimento do IRPJ foi suspensa durante o exercício de 2025. Outros tributos como Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, PASEP e COFINS, permaneceram devidos, uma vez que a imunidade alcança apenas impostos, não se estendendo às contribuições.

No cálculo do Lucro Real, o resultado apurado também foi negativo, não havendo assim, base de cálculo positiva para pagamento da Contribuição Social, nem provisão para o próximo ano, pois as exclusões de lucros diferidos, foram todos adicionados ao resultado fiscal do ano, que resultou uma base negativa de R\$10.883.

Alíquotas Efetivas	31/12/2025	31/12/2024	
	CSLL	IRPJ	CSLL
Lucro Contábil Antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	(10.757)	(16.593)	(16.593)
Alíquotas Vigentes	9%	15%	9%
Imposto de Renda e Contribuição Social - Alíquotas Vigentes	-	-	-
(+) Adições			
Lucro das Faturas recebidas no ano	307.521	277.750	277.750
Acréscimos à Provisão p/contingência trabalhista	23.149	23.171	23.171
Outras Adições	136	153	153
(-) Exclusões			
Lucro das Faturas não recebidas no ano	(311.840)	(255.897)	(255.897)
Baixas da Provisão p/contingência trabalhista	(15.807)	(27.257)	(27.257)
Reversão de Provisão adicionada anteriormente	(3.285)	(4.853)	(4.853)
(=) Lucro Real	(10.883)	(3.526)	(3.526)
(-) Compensação Prejuízo Fiscal 30%			
Base de Cálculo	(10.883)	(3.526)	(3.526)
IRPJ e CSLL a Pagar	-	-	-
Adicional de IRPJ de 10%	-	-	-
Programa de Alimentação do Trabalhador	-	-	-
Prorrogação licença maternidade	-	-	-
Valor Despesa de IRPJ e CSLL	-	-	-
Alíquota Efetiva	0,00%	0,00%	0,00%

(g) Resultado Líquido do Período

O Resultado Líquido do Exercício de 2025, apurado conforme o princípio da competência, registrou prejuízo de R\$ 10.757 milhões. Apesar do resultado negativo, houve melhora em relação a 2024, quando o prejuízo totalizou R\$ 16.593 milhões.

8. Outras informações

(a) Coberturas de Seguros

A Companhia mantém coberturas de seguros por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais riscos sobre seus ativos.

Objeto	Modalidade	Valor Segurado (R\$)
Prédios, equipamentos, móveis e utensílios	Incêndio	328.649
Veículos	Colisão, incêndio e roubo	432
Seguro de Vida em Grupo (Apólices Asprocergs)	Morte e invalidez	*34.022

* Referente Danos Materiais, Danos Corporais, Morte Acidental e Invalidez Permanente

(b) Procius

A Companhia contribui mensalmente com o percentual de 3,5% sobre a folha de pagamento para o Procius - Instituto Assistencial da Procergs. O Procius tem por principal objetivo, firmar convênios com Associações de previdência privada para seus associados.

09. Transações e saldos com partes relacionadas

As transações com partes relacionadas são divulgadas de acordo com o CPC 05 (R1)/IAS24 e observando a Política interna de transações com Partes Relacionadas. Em 31 de dezembro de 2025 as partes relacionadas com a Procergs são: Estado do Rio Grande do Sul, OI S.A. e IPE PREV - Instituto de Previdência do Estado do Rio Grande do Sul. Os valores a seguir evidenciam as transações entre a Procergs as partes relacionadas.

(a) Estado do Rio Grande do Sul

Valor faturado referente à prestação de serviços de tecnologia da informação e comunicação no ano de 2025, aos órgãos, secretarias e fundações administradas pelo Estado do Rio Grande do Sul foi de R\$ 349.256 (R\$ 292.907 em 2024) e o saldo a receber em 2025 era de R\$ 22.605 vencidos e R\$ 37.026 a vencer.

(b) IPE PREV – Instituto de Previdência do Estado do Rio Grande do Sul

Valor faturado referente à prestação de serviços de tecnologia da informação no ano de 2025, foi de R\$ 7.329 (R\$ 6.823 em 2024) e o saldo a receber em 2025 era de R\$ 607 a vencer, pagos em janeiro de 2026.

(c) Remuneração do pessoal-chave da Administração

A remuneração para a Administração da Companhia, formada pela Diretoria, Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Comitê de Auditoria Estatutário, é estabelecida no artigo 34 do Estatuto Social da Companhia (Ata 137 de 01/12/2025).

Remuneração do pessoal-chave da Administração	31/12/2025	31/12/2024
Remuneração e Encargos	4.896	3.934
Benefícios	300	266

10. Eventos Subsequentes

A NBC TG 24 determina que os ajustes conhecidos em período subsequente, demandam ajustes em demonstrações contábeis, quando a situação em pauta estiver presente na data de levantamento das demonstrações, mas antes da aprovação e emissão dessas demonstrações. Eventos incorridos em datas subsequentes e conhecidos antes da emissão das demonstrações, se relevantes, devem ser divulgados em notas explicativas.

Até o encerramento destas Demonstrações Financeiras, não foram identificados eventos que pudessem influenciar ou alterar nas demonstrações.



Porto Alegre, 04 de março de 2026.
MOREIRA ASSOCIADOS AUDITORES INDEPENDENTES S/S
CRC RS 4632/0
DIEGO ROTHERMUND MOREIRA
Contador CRC RS 68603
CNAI Nº 1128
Sócio – Responsável Técnico

Continua >>>